26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 11 – Informação & Saúde

CIÊNCIA CIDADÃ E AUTORIA CIENTÍFICA: ANÁLISE DOS PERIÓDICOS DE SAÚDE COLETIVA

CITIZEN SCIENCE AND SCIENTIFIC AUTHORSHIP: *AN ANALYSIS OF PUBLIC HEALTH JOURNALS*

Marcus Vinícius Pereira-Silva – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)
Marx Paulo Vargas – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)
André Joaquim Gonçalves de Campos Júnior – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa (ULisboa)
Marianna Zattar – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT) / Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) / Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: A Ciência Cidadã é reconhecida como uma das vertentes da Ciência Aberta que advoga por maior participação de pessoas autoras não acadêmicas em diferentes ou em todas as etapas das pesquisas. Discute-se, portanto, que pessoas sem titulação acadêmica ou vínculo institucional formal com instituições de ensino e pesquisa possam ser reconhecidas como autoras ou coautoras de artigos científicos. Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo analisar as políticas editoriais de periódicos da área de Saúde Coletiva para identificar possíveis restrições ou mecanismos de inclusão de atores não acadêmicos na autoria de artigos científicos. O corpus é constituído por periódicos classificados entre os estratos A1 e A4 da avaliação Qualis 2021–2024, cuja área-mãe corresponde à Saúde Coletiva. Como procedimento metodológico, realiza-se levantamento das diretrizes editoriais e análise de conteúdo das recomendações relacionadas à autoria e às diretrizes éticas. Os resultados preliminares indicam ampla incorporação de padrões internacionais de integridade científica, especialmente das recomendações do *Committee on Publication Ethics* (COPE) e do International *Committee of Medical Journal Editors* (ICMJE), bem como a adoção de taxonomias de contribuição autoral. Observa-se que a maioria dos periódicos analisados não estabelece restrições explícitas à autoria de pessoas sem vínculo acadêmico formal. Conclui-se que as políticas editoriais dos periódicos de Saúde Coletiva tendem a não constituir barreiras formais à participação de autores não acadêmicos, indicando potencial abertura para práticas de Ciência Cidadã no campo da saúde.

Palavras-chave: ciência cidadã; periodismo científico; políticas editoriais; autoria científica; Saúde Coletiva.

Abstract: Citizen Science is recognized as one of the strands of Open Science that advocates for greater participation of non-academic actors in different or all stages of the research process. In this context, discussions have emerged regarding the possibility that individuals without formal affiliations to higher education or research institutions may be recognized as authors or co-authors of scientific publications. Accordingly, this study aims to analyze the editorial policies of Public Health journals to identify potential restrictions or mechanisms for the inclusion of non-academic actors in scientific authorship. The corpus consists of journals ranked between A1 and A4 in the 2021–2024 Qualis evaluation whose parent area is Public Health. The study is based on a survey of editorial guidelines and a content analysis of recommendations related to authorship and ethical standards. Preliminary findings indicate a broad incorporation of international standards of research integrity, particularly the recommendations of the Committee on Publication Ethics (COPE) and the International Committee of Medical Journal Editors (ICMJE), as well as the adoption of contributor role taxonomies. The analysis also reveals that most of the journals examined do not establish explicit restrictions on authorship by individuals without formal academic affiliations. It is concluded that the editorial policies of Public Health journals tend not to constitute formal barriers to the participation of non-academic authors, suggesting a potential openness to Citizen Science practices and broader social participation in the production of health-related knowledge.
Keywords: citizen science; scientific journals; editorial policies; scientific authorship; public health.

1 INTRODUÇÃO

A Ciência Aberta emergiu como um movimento que defende transformações estruturais e comportamentais nas formas como o conhecimento é produzido, organizado, compartilhado, disseminado e reutilizado. Entre as diversas vertentes desse movimento, a Ciência Cidadã promove a expansão da participação cidadã na produção do conhecimento científico. Essa abordagem abrange duas orientações complementares: uma instrumental, que mobiliza a participação social na coleta de dados; e uma mais democrática e participativa, que incentiva a colaboração entre a ciência e outras formas de conhecimento a partir de uma perspectiva mais horizontal (Albagli, 2025).

No contexto das ações de Ciência Cidadã, espera-se a participação de indivíduos não acadêmicos nas diversas ou em todas as fases de uma pesquisa. Entre elas, destacam-se: a contributiva, na qual os projetos são concebidos por cientistas e os participantes não acadêmicos contribuem principalmente para a coleta de dados; a colaborativa, na qual os projetos são concebidos por cientistas, mas incluem contribuições de participantes não

acadêmicos na coleta e análise de dados, na concepção do projeto e/ou na disseminação dos resultados; e cocriada, na qual os projetos são concebidos em conjunto por cientistas e participantes não acadêmicos, que estão envolvidos na maioria ou em todas as etapas do processo de pesquisa (Shirk *et al*., 2012).

Nos últimos anos, diversas políticas públicas incorporaram as diretrizes da Ciência Cidadã (Haklay, 2015). Cabe ressaltar também que alguns setores da comunidade acadêmica não reconhecem a Ciência Cidadã como uma abordagem científica legítima (Wyler; Haklay, 2017), e muitas práticas sociais dentro da ciência dificultam seu crescimento e aceitação (Schade *et al.*, 2021). Nesse contexto, o presente estudo aborda a seguinte questão: como os periódicos científicos do campo da Saúde Coletiva, entendidos como dispositivos de informação e comunicação (Marteleto; Couzinet, 2013), moldam as práticas da Ciência Cidadã, permitindo ou restringindo a participação de indivíduos não acadêmicos como autores de artigos científicos?

Este estudo partiu do princípio de que as políticas editoriais estruturam as práticas científicas, organizam as comunidades epistêmicas e regulam os sistemas de reconhecimento e autoridade (Frohmann, 1999). Cabe ressaltar que a condução de pesquisas científicas exige a observância de princípios éticos, dentre os quais se destacam os estabelecidos pela Comissão de Integridade Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A fim de compreender quem é reconhecido como autor, buscou-se identificar, nas revistas do campo da Saúde Coletiva, aquelas que apresentam a exigência de titulação mínima e, entre elas, quais titulações são necessárias para publicação. Como procedimento metodológico, a pesquisa analisou as políticas editoriais de periódicos científicos classificados entre os estratos A1 e A4 na classificação Qualis Periódicos 2021–2024 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), na área-mãe de Saúde Coletiva.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nos últimos anos, o fortalecimento do movimento de ciência aberta tem contribuído para transformar as formas de produção, avaliação e compartilhamento do conhecimento científico e tecnológico. Entre seus principais objetivos estão democratizar o acesso e a reutilização desse conhecimento, promover a transparência e a colaboração científica e ampliar a participação social nos processos de pesquisa. Para Albagli, Clinio e Raychtock (2014), a ciência

aberta é um termo guarda-chuva que engloba, o acesso à informação, assumindo diferentes significados, tipos de práticas e iniciativas com distintas perspectivas, pressupostos e implicações. Exemplos dessa abordagem incluem os dados científicos abertos, ferramentas científicas abertas, hardware científico aberto, wikipesquisa, ciência cidadã e educação aberta.

A ciência cidadã surge como uma forma de colaboração que atravessa as fronteiras institucionais acadêmicas, com a participação voluntária da população. Esta pode ter diferentes definições, que enfatizam o caráter voluntário dessa abordagem. Em um sentido mais amplo, pode ser entendida como atividades em que o público é participante nas investigações científicas, sendo responsável por realizar perguntas, elaborar hipóteses e interpretar os resultados (Albagli; Maciel; Abdo, 2015).

Nesse sentido, a participação cidadã na produção científica apresenta questões relativas à autoria, à confiabilidade e ao reconhecimento. A despeito disso, muitos cientistas consideram arriscadas a coleta e a análise de dados executadas por não cientistas. No entanto, o que a ciência cidadã propõe é o uso desses dados para a aproximação com a sociedade sem que seja violado o compromisso da ciência com a busca pela verdade (Silva, 2020).

A autoria promove a circulação de discursos na sociedade e a sua configuração pode variar de acordo com o contexto e, assim, pode ser representada por autores individuais ou coletivos, anônimos ou explícitos (Martins, 2014). A produção do conhecimento em coautoria pressupõe a participação de múltiplas pessoas colaboradoras, pois reflete modos de construção coletiva. Porém, as coautorias podem não representar a colaboração e a colaboração pode não ser representada pela coautoria. Indicam-se, como exemplos, os casos de autores em que o prestígio se sobrepõe à participação efetiva na elaboração das publicações e os casos em que os colaboradores não são indicados como autores porque não têm prestígio no campo (Katz; Martin, 1997).

A Comissão de Integridade Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico[1] elencou 21 diretrizes para a promoção da integridade na atividade científica, entre elas, indica que a inclusão de pessoas como autoras deve ser previamente discutida considerando contribuições significativas, tais como a realização de experimentos,

[1] Disponível em: http://portal-adm.cnpq.br/web/guest/diretrizes/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 15 maio 2016.

participação na elaboração do planejamento experimental, análise de resultados ou elaboração do corpo do manuscrito. Para o CNPq, as demais contribuições devem constar nos agradecimentos. Nas diretrizes, é recomendado, ainda, que a atribuição de autoria seja realizada de acordo com as orientações do International *Committee of Medical Journal Editors* (ICMJE) ([201-]) e que todos os autores de um documento sejam capazes de descrever a contribuição dada e sejam responsáveis publicamente por todos os aspectos das publicações, inclusive éticos.

De acordo com o ICMJE ([201-]), são essenciais para a creditação de autoria:

a) contribuições substanciais à concepção ou estrutura do trabalho ou

b) aquisição, análise ou interpretação de dados para o trabalho; e

c) desenvolvimento ou revisão crítica do trabalho; e

d) aprovação da versão a ser publicada; e

e) responsabilidade por todos os aspectos.

A contribuição significativa a que a Comissão de Integridade do CNPq ([201-c]) se refere é a realização de experimentos, participação na elaboração do planejamento experimental, análise de resultados ou elaboração do corpo do manuscrito. Para a instituição, o empréstimo de equipamentos, obtenção de financiamento ou supervisão geral não configuram autoria. Sob essa perspectiva, há que se ressaltar que a atribuição de autoria pode variar de acordo com as práticas informacionais nas diferentes áreas do conhecimento. Por isso, os estudos e os atributos devem considerar o contexto e a comunidade. No entanto, outros tipos de contribuições devem ser identificados.

A noção de colaboração científica está ligada à interação que ocorre entre duas ou mais pessoas em determinado contexto social para o alcance de um objetivo comum, sendo realizada sequencialmente ou conjuntamente (Sonnenwald, 2007). Isto significa que a colaboração conecta saberes para as pesquisas (Kumar, 2015). A conduta colaborativa pode ser observada a partir do compartilhamento de dados, equipamentos, ideias e autorias em diferentes contextos. De acordo com Katz e Martin (1997), os sujeitos que colaboram no contexto científico podem desempenhar diferentes papéis, funções e responsabilidades nas dinâmicas de produção do conhecimento. Com isso, os autores indicam seis níveis no reconhecimento dos sujeitos da colaboração: individual, grupos, departamentos, instituições, setores e nações, que podem atuar de forma inter ou intra no campo científico ou no domínio do conhecimento.

E é justamente na percepção da Saúde coletiva como campo que congrega diferentes áreas do conhecimento e com especificidades a serem consideradas na formação e na atuação que se notou a oportunidade de um estudo que observa as autorias em artigos publicados em periódicos científicos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente investigação adotou como metodologia a pesquisa exploratória e descritiva com abordagem quantitativa e qualitativa e realizou o levantamento documental a partir da seleção das revistas entre os estratos A1 e A4 na área-mãe de Saúde Coletiva da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Os estratos são atribuídos pelos comitês de consultores de cada área de avaliação, seguindo critérios previamente definidos pela área e aprovados pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES, 2013). A lista de revistas analisadas para esta investigação foi obtida na plataforma Sucupira, utilizando os filtros: evento de classificação "Quadriênio 2021–2024", por ser a avaliação mais recente; e área de avaliação "Saúde Coletiva", escolhida com o objetivo de analisar especificamente as revistas dessa área. Em seguida, o resultado foi confrontado com os dados disponibilizados no Diretório das Revistas Científicas Eletrônicas Brasileiras Miguilim.

Foram recuperados 5.391 periódicos classificados na área de Saúde Coletiva no Quadriênio 2021-2024, sendo 1.214 no Qualis A1, 899 no A2, 659 no A3 e 631 no A4, totalizando 3.402 registros.

Em seguida, procedeu-se à seleção dos periódicos brasileiros cuja área-mãe era a Saúde Coletiva. Os títulos recuperados após a busca na Plataforma Sucupira foram conferidos no Portal ISSN (*International Standard Serial Number*) e nos sites dos periódicos. Alguns periódicos apareciam duplicados, pois possuem ISSNs diferentes para as versões impressa e eletrônica. Esses registros foram unificados por título, evitando a contagem duplicada de um mesmo periódico. Após essa etapa de conferência, seleção pela área-mãe e retirada das duplicidades, chegou-se ao número final de 10 títulos.

Para validação, foram recuperados os periódicos listados entre o Qualis A1 e A4 cuja área-mãe é Saúde Coletiva no Quadriênio 2021-2024 no Diretório Miguilim e chegou-se ao mesmo resultado, sendo os periódicos: Ciência e Saúde Coletiva; Revista de Saúde Pública;

Cadernos de Saúde Pública; Saúde em Debate; Saúde e Sociedade; Epidemiologia e Serviços de Saúde; Revista Brasileira de Epidemiologia; Interface; Physis; Revista Brasileira de Saúde Infantil.

Após a definição desse conjunto de periódicos, foi realizada uma busca individual nos sites oficiais de cada periódico, com o objetivo de localizar e sistematizar as informações pertinentes aos critérios de autoria estabelecidos para a análise. Para a execução da análise, foram retirados dos sites das respectivas revistas a titulação exigida para publicação, o limite de autoria, as diretrizes éticas e os links. A data de consulta concentrou-se no dia 02 de junho.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O primeiro aspecto analisado foi a existência de exigência de titulação mínima para publicação nos periódicos selecionados. Entre as dez revistas, não foram identificadas exigências relacionadas à titulação acadêmica dos autores como critério para submissão ou publicação dos manuscritos. No entanto, a Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde apresentou uma especificação quanto ao perfil dos autores, indicando a necessidade de formação em nível de especialização para publicação.

Das dez revistas analisadas, metade delas apresenta alguma limitação quanto à quantidade de autores por artigo. Nessas revistas, foram observadas variações de 5 a 10 autores por artigo, podendo ser solicitada a inclusão de autores adicionais mediante justificativa apresentada aos editores; entre elas, 2 revistas salientam que pesquisas multicêntricas são aptas a um maior número de autores. Uma outra forma de dar crédito à autoria foi encontrada na Revista Ciência e Saúde Coletiva, onde todos os demais participantes que excedem o limite estipulado para autoria devem ser incluídos nos agradecimentos, salvo exceções previamente autorizadas pelos editores-chefes.

No que diz respeito às diretrizes éticas dessas revistas, encontramos diretrizes comuns a todas, especialmente as recomendações da *Committee on Publication Ethics* (COPE), do *International Committee of Medical Journal Editors* (ICMJE) e das diretrizes *Sex and Gender Equity in Research* (SAGER) — que são amplamente reconhecidas em nível internacional como referências em ética e boas práticas editoriais.

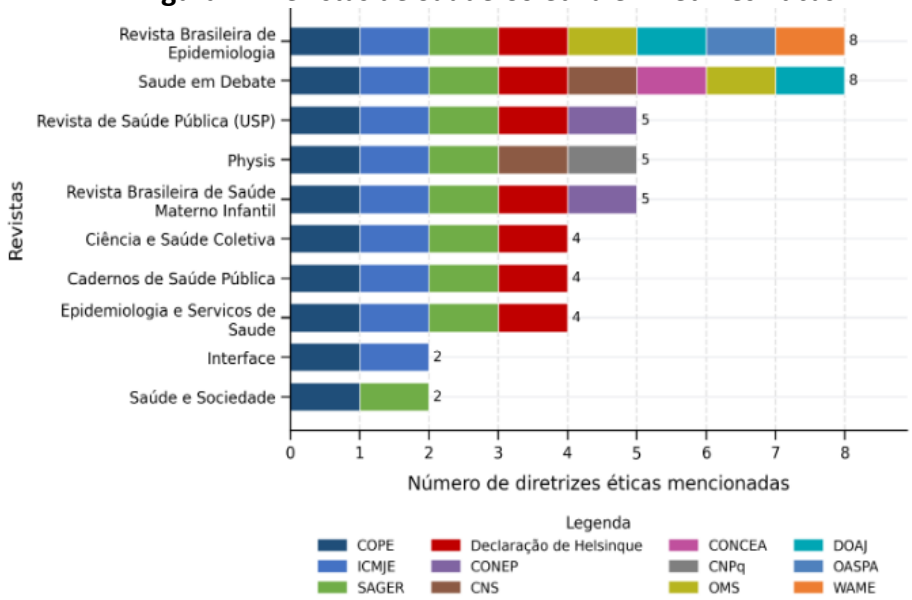
Além dessas, foram identificadas diretrizes que não foram adotadas por todas as revistas analisadas, como a Declaração de Helsinque da Associação Médica Mundial, as recomendações da *World Association of Medical Editors* (WAME), as orientações da Organização Mundial da

Saúde (OMS) e as normas do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (Concea).

No contexto brasileiro, as únicas diretrizes éticas identificadas na análise foram as Diretrizes Básicas para a Integridade na Atividade Científica, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), as políticas do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e as normas do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (Concea), adotadas pelas revistas Physis e Saúde em Debate.

Para facilitar a visualização e comparação das diretrizes selecionadas por cada revista, apresenta-se um quadro-síntese.

Figura 1 - Revistas de Saúde Coletiva e Diretrizes Éticas



Fonte: elaboração própria (2026) com geração automatizada no *Copilot* para a visualização de dados previamente analisados.

Observou-se um padrão claro de alinhamento com diretrizes internacionais, com a escolha da aplicação das diretrizes éticas elencadas acima, o que demonstra compromisso com padrões internacionais de produção científica responsável.

Nesse sentido, é importante destacar como essas diretrizes éticas abordam a autoria e os processos éticos de publicação. O *Committee on Publication Ethics* (COPE) oferece diversas diretrizes voltadas à publicação científica, incluindo políticas para revistas sobre autoria e contribuição, conflitos de interesse, compartilhamento e reprodutibilidade de dados, fiscalização ética e propriedade intelectual, entre outras.

No que diz respeito à autoria, o Committee on Publication Ethics (2019) descreve que

ela se refere aos indivíduos ou grupos responsáveis pela criação de uma ideia ou pelo desenvolvimento de uma publicação destinada à disseminação de um trabalho intelectual ou criativo. Em outras palavras, a autoria é atribuída aos pesquisadores que concebem e executam a pesquisa, bem como àqueles que contribuem significativamente para a produção e divulgação do conhecimento científico resultante desse trabalho.

De modo geral, a análise das revistas permitiu identificar um padrão em torno de referenciais internacionais de ética e integridade científica, especialmente das recomendações do COPE e do ICMJE, além de buscarem o apoio a normas específicas para áreas de especificação, evidenciando a preocupação dos periódicos em adequar suas práticas editoriais às especificidades de cada campo de pesquisa. A análise também apresentou um número baixo de revistas com políticas e normas nacionais.

Embora tenham sido observadas diferenças quanto ao número máximo de autores permitidos e à adoção de diretrizes complementares, os periódicos compartilham uma compreensão semelhante no que se trata da autoria, indicando que a autoria pressupõe participação efetiva no desenvolvimento da pesquisa e responsabilidade sobre o conteúdo publicado.

5 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Diante disso, o presente trabalho apresenta uma discussão introdutória sobre a ciência cidadã no âmbito das responsabilidades dos trabalhos acadêmicos e da participação não acadêmica ao analisar as políticas e diretrizes de periódicos classificados entre os estratos A1 e A4 da avaliação Qualis 2021–2024, cuja área-mãe corresponde à Saúde Coletiva.

Observou-se que a ciência cidadã carrega ideias e características importantes para a descentralização da ciência e o reconhecimento de outros saberes que não os acadêmicos, porém, a falta de definição e adesão por muitas editoras e até mesmo dos cientistas pode limitar o desenvolvimento das práticas de ciência cidadã, de modo a superar a participação na coleta de dados.

Os dados apresentados, a partir da análise feita, evidenciam preocupações com quem publica e quem está por trás da comunicação científica. Isso demonstra que as revistas do campo da Saúde Coletiva analisadas estão atentas às mudanças e às necessidades associadas a esses temas. Nesse contexto, a adesão a diretrizes éticas, como as da COPE e do ICMJE promove

o alinhamento das revistas ao fazer científico internacional sem comprometer a qualidade dos trabalhos publicados em suas revistas.

Embora os periódicos de Saúde Coletiva adotem rigorosos padrões internacionais de integridade científica e autoria, esses mesmos padrões não constituem barreiras formais à participação de atores não acadêmicos, indicando uma potencial convergência entre as práticas da Ciência Cidadã e os mecanismos tradicionais de comunicação científica.

Em conclusão, as revistas do Qualis A1 ao A4 do Quadriênio 2021-2024, em sua maioria, favorecem a inclusão de participantes não acadêmicos na autoria de artigos científicos, mesmo que de formas distintas, como as taxonomias, nomeadamente a CRediT, mas entendendo que existem outras que auxiliam na distinção das atividades que geraram o produto acadêmico. A adoção de diretrizes internacionais, além de promover a padronização, contribui para a compreensão sobre quem é o autor, bem como sobre seus direitos e deveres no processo de publicação. Estudos futuros podem considerar outros fatores que podem influenciar a definição das autorias em artigos científicos, como as orientações da Capes, das principais bases de dados e indexadores (*Web of Science, Scopus, PubMed, SciElo*, entre outros) e as práticas sociais dos pesquisadores do campo a partir de entrevistas.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Ciência cidadã: conceitos e práticas. **Ciência & Cultura**, [*s. l.*], v. 77, n. 1, jan., 2025. DOI: https://doi.org/10.48207/2317-6660.20250004. Acesso em: 25 out. 2026.

ALBAGLI, Sarita; CLINIO, Anne; RAYCHTOCK, Silvia. Ciência aberta: correntes interpretativas e tipos de ação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 434-450, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/279277539_Ciencia_Aberta_correntes_interpretativas_e_tipos_de_acao_Open_Science_interpretive_trends_and_types_of_action. Acesso em: 25 out. 2026.

ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia; ABDO, Alexandre Hannud. **Ciência aberta, ciência cidadã e novas formas de produção do conhecimento**. Rio de Janeiro: IBICT: UNIRIO, 2015. Disponível em: http://ridi.ibict.br/handle/123456789/910. Acesso em: 22 jun. 2026.

COMMITTEE ON PUBLICATION ETHICS (COPE). **Discussion Document**: Authorship. September, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.24318/cope.2019.3.3. Acesso em: 12 nov. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Comissão de Integridade na Atividade Científica**: diretrizes. Brasília, DF: CNPq, 2013.

FROHMANN, Bernd. The role of the scientific paper in science information systems. *In*: CONFERENCE ON THE HISTORY AND HERITAGE OF SCIENCE INFORMATION SYSTEMS, 1999, [S. l.]. **Proceedings** [...]. Medford: Information Today, 1999. p. 91-97.

HAKLAY, Muki. **Citizen science and policy**: a European perspective. Washington, DC: Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2015. (Relatório n. 6). Disponível em: https://pt.scribd.com/document/256283024/Citizen-Science-and-Policy-A-European-Perspective. Acesso em: 31 jan. 2025.

INTERNATIONAL COMMITTEE OF MEDICAL JOURNAL EDITORS. **Defining the role of authors and contributors**. [S. l.]: ICMJE, [201-]. Disponível em: https://www.icmje.org/recommendations/browse/roles-and-responsibilities/defining-the-role-of-authors-and-contributors.html. Acesso em: 25 out. 2026.

KATZ, J. Sylvan; MARTIN, Ben R. What is research collaboration? **Research Policy**, [*s. l.*], v. 26, n. 1, p. 1-18, 1997. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0048733396009171. Acesso em: 25 out. 2026.

KUMAR, Sameer. Co-authorship networks: a review of the literature. **Aslib Journal of Information Management**, West Yorkshire, v. 67, n. 1, p. 55-73, jan., 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/273312860_Co-authorship_networks_a_review_of_the_literature. Acesso em: 25 out. 2026.

MARTELETO, Regina Maria; COUZINET, Viviane. Mediações e dispositivos de informação e comunicação na apropriação de conhecimentos: elementos conceituais e empíricos a partir de olhares intercruzados. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 2013. Disponível em: https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/450?articlesBySimilarityPage=5. Acesso em: 25 out. 2026.

MARTINS, Beatriz Cintra. **Autoria em rede**: os novos processos autoriais através das redes eletrônicas. Rio de Janeiro: Mauad, 2014.

SCHADE, Sven *et al*. Citizen science and policy. *In*: VOHLAND, Katrin *et al*. (ed.). **The science of citizen science**. Cham: Springer, 2021. p. 351-371. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/348400535_Citizen_Science_and_Policy. Acesso em: 25 out. 2026.

SHIRK, Jennifer L. *et al*. Public participation in scientific research: a framework for deliberate design. **Ecology and Society**, Wolfville, v. 17, n. 2, art. 29, 2012. Disponível em: https://digitalcommons.unomaha.edu/isqafacpub/76/. Acesso em: 25 out. 2026.

SILVA, Cláudio Nascimento da. A ciência, a ciência cidadã e o compromisso do pesquisador. **Revista Nova Paideia**: revista interdisciplinar em educação e pesquisa, [*s. l.*], v. 2, n. 1, p. 1-2, 2020. Disponível em: https://ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/25. Acesso

em: 22 jun. 2026.

SONNENWALD, Diane H. Scientific collaboration. **Annual Review of Information Science and Technology**, [*s. l.*], v. 41, p. 643-681, 2007. Disponível em: http://www.scopus.com/inward/record.url?scp=33846046948&partnerID=8YFLogxK. Acesso em: 15 maio 2026.

WYLER, Daniel; HAKLAY, Muki. Integrating citizen science into university. *In*: HECKER, Susanne *et al*. (ed.). **Innovation in open science, society and policy**: setting the agenda for citizen science. London: UCL Press, 2017. p. 392-406.